

REVISTA DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO

v. 26

n. 7-8

jul./ago 2014

Artigos Doutrinários

11

O ideal da democracia racial, as cotas para negros nas universidades públicas e seus reflexos nos inquéritos da Polícia Federal, 11

Juliana Carleial Mendes Cavaleiro

Possibilidades e limitações da Fazenda Pública na inscrição em Dívida Ativa de crédito não tributário, 25

Agélio Novaes de Miranda

Inovações Legislativas

37

Lei 13.019, de 31/07/2014.

Lei 13.021, de 08/08/2014.

Medida Provisória 651, de 09/07/2014.

Medida Provisória 653, de 08/08/2014.

Decreto 8.279, de 30/06/2014.

Decreto 8.280, de 30/06/2014.

Decreto 8.296, de 15/08/2014.

Acórdãos — Inteiros Teores

39

Corte Especial – Anvisa. Poder de polícia na fiscalização dos produtos fumígenos, derivados do tabaco. Taxa de vigilância e fiscalização sanitária. Incidente de controle difuso de constitucionalidade, 39

Numeração única: 0034152-31.1999.4.01.3400

Arguição de Inconstitucionalidade 1999.34.00.034204-0/DF

Relator: Desembargador Federal Jirair Aram Meguerian

Relator p/ acórdão: Desembargador Federal Souza Prudente

Corte Especial – Fábrica de cigarros. Registro especial. Cancelamento, 81

Suspensão de Liminar ou Antecipação de Tutela 0077386-87.2013.4.01.0000/MG

Relator: Desembargador Federal Presidente

Primeira Seção – Honorários advocatícios contratuais. Redução do percentual pactuado entre as partes sobre o valor do benefício previdenciário. Possibilidade, 96

Mandado de Segurança 0055313-24.2013.4.01.0000/MG

Relator: Juiz Federal Henrique Gouveia da Cunha (convocado)

Relator p/ acórdão: Desembargador Federal Jirair Aram Meguerian

Primeira Seção – Servidor. Processo administrativo disciplinar. Demissão. Agravamento da pena sugerida pela comissão processante, 106

Numeração única: 0037128-98.2005.4.01.3400

Embargos Infringentes 2005.34.00.037672-7/DF

Relator: Desembargador Federal Ney Bello

Relator p/ acórdão: Juiz Federal Renato Martins Prates (convocado)

Segunda Seção – Condição análoga à de escravo. Safra perecível. Serviço temporário. Imprescindibilidade da colheita, 117

Inquérito Policial 0026823-26.2012.4.01.0000/GO

Relator: Desembargador Federal Italo Mendes

Relatora p/ acórdão: Desembargadora Federal Mônica Sifuentes

Segunda Seção – Crime de inserção de dados falsos nos sistemas informatizados ou banco de dados da Administração Pública, 123

Embargos Infringentes e de Nulidade 0017052-79.2007.4.01.3304/BA

Relator: Desembargador Federal Mário César Ribeiro

Terceira Seção – Embargos infringentes. Cabimento, 130

Numeração única: 0004660-47.2006.4.01.3400

Agravo Regimental na Apelação Cível 2006.34.00.004690-9/DF

Relator: Desembargador Federal Néviton Guedes

Terceira Seção – Serviços de telefonia. Receita de interconexão. Base de cálculo do ônus contratual cobrado das concessionárias, 133

Numeração única: 0013374-59.2007.4.01.3400

Embargos Infringentes 2007.34.00.013455-4/DF

Relator: Desembargador Federal Daniel Paes Ribeiro

Relator p/ acórdão: Desembargador Federal João Batista Moreira

Quarta Seção – Execução fiscal. Conselho Regional dos Corretores de Imóveis – Creci/BA. AnOuidades e cobranças correlatas. Cobrança por ato administrativo. Ausência de amparo legal, 139

Numeração única: 0007775-51.2007.4.01.3300

Embargos Infringentes 2007.33.00.007776-8/BA

Relator: Juiz Federal Rodrigo de Godoy Mendes (convocado)

Quarta Seção – Ação rescisória. Mudança de entendimento posterior. Impossibilidade de rescisão. Segurança jurídica, 144

Ação Rescisória 0043371-97.2010.4.01.0000/MT

Relatora: Desembargadora Federal Maria do Carmo Cardoso

Primeira Turma – Gratificação Eleitoral. Chefes de cartório e escrivães. Poder regulamentar do Tribunal Superior Eleitoral. Pagamento da função integral, 149

Numeração única: 0001954-10.2006.4.01.4300

Apelação Cível 2006.43.00.001954-4/TO

Relatora: Desembargadora Federal Ângela Catão

Primeira Turma – Militar. Acidente em serviço. Invalidez permanente. Indenização por dano moral e pagamento do auxílio-invalidez, 157

Apelação/Reexame Necessário 0052370-24.2010.4.01.3400/DF

Relator: Desembargador Federal Ney Bello

Segunda Turma – Desaposentação. Utilização de tempo de contribuição em outro benefício, 162

Apelação Cível 0011521-82.2011.4.01.3300/BA

Relator: Desembargador Federal Candido Moraes

Segunda Turma – Integrante da Marinha Mercante. Viagens em zonas passíveis de ataques por submarinos. Ex-combatente. Pensão especial, 166

Numeração única: 0001654-12.2004.4.01.3300

Apelação Cível 2004.33.00.001654-7/BA

Relator: Juiz Federal Henrique Gouveia da Cunha (convocado)

Terceira Turma – Gestão fraudulenta. Operação de instituição financeira sem autorização. Evasão de divisas, 174

Numeração única: 0016139-85.2002.4.01.3300

Apelação Criminal 2002.33.00.016123-2/BA

Relator: Desembargador Federal Ney Bello

Terceira Turma – Improbidade administrativa. Fiscalização CGU. Medicamentos vencidos e deteriorados, 183

Numeração única: 0008451-71.2009.4.01.3900

Apelação Cível 2009.39.00.008458-5/PA

Relator: Desembargador Federal Mário César Ribeiro

Quarta Turma – Pedofilia. Armazenamento digital de fotos e divulgação na internet, 189

Apelação Criminal 0009283-70.2010.4.01.3803/MG

Relator: Desembargador Federal Italo Mendes

Relatora: Juíza Federal Clemência Maria Almada Lima de Ângelo (convocada)

Quarta Turma – Desapropriação agrária. Inserção de colonos no imóvel. Dano ambiental. Inversão do ônus da prova. Custeio pelos ex-proprietários do imóvel, 193

Agravo de Instrumento 0071511-73.2012.4.01.0000/MT

Relator: Desembargador Federal Olindo Menezes

Quinta Turma – Intervenção de *amicus curiae* em primeiro grau de jurisdição, 195

Agravo de Instrumento 0074677-16.2012.4.01.0000/DF

Relator: Desembargador Federal Néviton Guedes

Quinta Turma – Frustração de empreendimento. Risco inerente à atividade empresarial. Direito a indenização. Inexistência, 202

Numeração única: 0013907-39.2003.4.01.3600

Apelação Cível 2003.36.00.013876-7/MT

Relator: Desembargador Federal João Batista Moreira

Sexta Turma – Rondônia. Estado de calamidade pública. Abertura de acesso emergencial e temporário, 205

Agravo Regimental em Medida Cautelar Inominada 0000022-05.2014.4.01.0000/RO

Relator: Desembargador Federal Kassio Marques

Sexta Turma – Responsabilidade civil. Dano moral e material. Vacinação antirrábica. Efeito colateral. Relevante comprometimento da higidez física e mental do demandante, 219

Numeração única: 0003256-23.1999.4.01.3200

Apelação/Reexame Necessário 1999.32.00.003260-2/AM

Relator: Desembargador Federal Daniel Paes Ribeiro

Sétima Turma – Suspensão de procedimento fiscal. Necessidade de caução. Matéria complexa. Necessidade de dilação probatória. Inviabilidade em agravo de instrumento, 223

Agravo de Instrumento 0074017-85.2013.4.01.0000/DF

Relator: Desembargador Federal José Amílcar Machado

Sétima Turma – IRPF. Consultor/especialista. ONU/PNUD. Tributação indevida: isenção por extensão/equiparação com funcionários do organismo internacional, 236

Apelação Cível 0003687-48.2013.4.01.3400/DF

Relator: Juiz Federal Rafael Paulo Soares Pinto (convocado)

Oitava Turma – Exercício profissional. Advocacia. Magistrado de primeiro grau. Quarentena, 239

Apelação Cível 0017722-56.2012.4.01.3300/BA

Relator: Desembargador Federal Novély Vilanova

Oitava Turma – Contribuição previdenciária. Empresa tomadora de serviços, 241

Apelação Cível 0017912-26.2011.4.01.3600/MT

Relatora: Desembargadora Federal Maria do Carmo Cardoso

Decisões Monocráticas**245****Multa diária por descumprimento de decisão judicial. Caráter pessoal. Servidor público, 245**

Agravo de Instrumento 0018519-67.2014.4.01.0000/MA

Relatora: Juíza Federal Gilda Maria Carneiro Sigmaringa Seixas (convocada)

Fazenda Nacional. Observação do prazo disposto no art. 24 da Lei 11.457/2007, 248

Medida Cautelar Inominada 0034917-89.2014.4.01.0000/MG

Relator: Desembargador Federal Reynaldo Fonseca

Desconstituição de acórdão. Alegada violação a dispositivos da EC 20/1998, 252

Ação Rescisória 0017824-50.2013.4.01.0000/MG

Relator: Juiz Federal Cleberson José Rocha (convocado)

Sustação dos efeitos de licença de instalação, expedida pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente – Sema/MT, 254

Suspensão de Liminar ou Antecipação de Tutela 0037123-76.2014.4.01.0000/MT

Relator: Desembargador Federal Presidente

Suspensão de remessa de verbas a município pela União, 258

Suspensão de Execução de Sentença 0036289-73.2014.4.01.0000/MA

Relator: Desembargador Federal Presidente

Exame da Ordem. Determinação de nova avaliação da prova prático-profissional do agravante. Cumprimento da decisão transitada em julgado, 259

Agravo de Instrumento 0050108-14.2013.4.01.0000/DF

Relator: Desembargador Federal Reynaldo Fonseca

Ação de reintegração de posse. Pedido de ingresso da OAB/MT na lide como assistente simples dos autores, 262

Numeração única: 0003619-85.2010.4.01.3600

Apelação Cível 2010.36.00.002659-0/MT

Relator: Desembargador Federal Jirair Aram Meguerian

Indea. Liberação de agrotóxico. Graves danos ao meio ambiente, 265

Agravo de Instrumento 0027841-14.2014.4.01.0000/MT

Relator: Desembargador Federal Jirair Aram Meguerian

Suspensão dos efeitos da Portaria 455/2012, que dispõe sobre regra de comercialização de energia elétrica. Lesão à ordem e à economia públicas, 266

Suspensão de Liminar ou Antecipação de Tutela 0039756-60.2014.4.01.0000/DF

Relator: Desembargador Federal Presidente

Analistas de Comércio Exterior. Regime de previdência complementar. Possibilidade de retratação e revogação da opção, 271

Agravo de Instrumento 0038062-56.2014.4.01.0000/DF

Relatora: Desembargadora Federal Ângela Catão

Pagamento da Gratificação de Desempenho de Atividade do Ciclo de Gestão (GCG). Legitimidade passiva: Ipea. Personalidade jurídica e orçamento próprios, 273

Ação Rescisória 0008533-94.2011.4.01.0000/DF

Relatora: Juíza Federal Gilda Maria Carneiro Sigmaringa Seixas (convocada)

Aposentadoria por idade de trabalhador rural. Necessidade de anulação do acórdão. Retorno dos autos à turma recursal de origem, 279

Numeração única: 0018906-52.2009.4.01.3300

Embargos de Declaração contra Julgamento Colegiado (Cível) 2009.33.00.701880-0

Relator: Juiz Federal Marcelo Honorato

Gratificação de Atividade Executiva – GAE. Pagamento indevido, 280

Numeração única: 0037189-26.2009.4.01.3300

Pedido de Uniformização de Jurisprudência 2009.33.00.912174-5

Relator: Juiz Federal Flávio Bittencourt de Souza

Contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias. Trabalhador avulso. Verba de natureza indenizatória. Não incidência, 281

Numeração única: 0043056-97.2009.4.01.3300

Pedido de Uniformização de Jurisprudência 2009.33.00.918190-1

Relator: Juiz Federal José Godinho Filho

Programas de atenção à saúde. Enfermeiros. Prescrição de medicamentos e pedidos de exames. Grave lesão à saúde pública.

Advogados da Caixa Econômica Federal. Pagamento de dívida salarial de sobrejornada. Imposto sobre a Renda. Legitimidade da incidência.

Servidor estadual em gozo de licença sem remuneração. Posse em outro cargo público. Cumulação.

Majoração do teto de benefícios previdenciários.

Condenação TCU. Pena de caráter pessoal. Falecimento do demandado. Transferência aos sucessores. Impossibilidade.

Disputa pelo direito à sobrevivência dos silvícolas. Competência. Justiça Federal.

Cárcere privado. Invasão do prédio do Iphan. Membros de aldeia indígena.

Redução à condição análoga à de escravo. Condições degradantes de trabalho. Denúncia. Recebimento.

Registrar como seu filho de outrem. CP, art. 242. Lei 6.815/1980, art. 125, inciso XIII.

Crime a bordo de aeronave. Porte, sem autorização, de arma de fogo de uso permitido. Transporte em bagagem despachada. Apreensão em solo, após o desembarque. Incompetência da Justiça Federal.

Unimed de Bragança Paulista. Admissão de profissionais. Cláusula de exclusividade. Infração à ordem econômica. Autuação pelo Cade.

Ação civil pública. Pretensão de declaração incidental de inconstitucionalidade. Juízo singular. Possibilidade. Usurpação de competência do STF.

Pedido de ingresso de estrangeiro no Programa Mais Médicos para o Brasil. Requisito não atendido.

Ação de reintegração de posse. Descumprimento de contrato vinculado ao Programa de Arrendamento Residencial. Pedido de indenização por perdas e danos.

Sumário

Ação civil pública. Conjunto arquitetônico e paisagístico da cidade de São Luís/MA. Imóvel tombado de propriedade particular com perigo de desabamento. Necessidade de realização de obras emergenciais de restauração e conservação. Corresponsabilidade do Poder Público.

Uso indevido das expressões conselho federal e academia federal por entidade privada de formação de detetives particulares. Profissão não regulamentada.

Importação de pneus da China. *Dumping*.

Cessão de direitos relativa a precatório decorrente de ação trabalhista movida contra o Governo do Distrito Federal. Deságio. Ganho de capital. Quitação do precatório.

Remessa ao exterior de rendimentos decorrentes da exploração de obras audiovisuais no território nacional.

Ordem dos Advogados do Brasil. Atuação de advogado como conciliador no âmbito do juizado especial. Impedimento restrito ao patrocínio de causas no local de atuação.

Repositórios Oficiais de Jurisprudência

297

Instruções Editoriais

299